

ECOS DA EMERGÊNCIA DA GUERRA FRIA NO BRASIL (1947-1953)

*Sidnei J. Munhoz**

Resumo. O propósito deste texto é estudar as possíveis relações entre a emergência da Guerra Fria e a repressão política ocorrida no Brasil no imediato pós II Guerra Mundial. O artigo trabalha com a hipótese de que as raízes dessa repressão política são tanto endógenas quanto exógenas. Além disso, defende a idéia de que tão logo as relações envolvendo a grande aliança da II Guerra Mundial deterioraram as elites brasileiras retornaram ao seu conservadorismo e tradicional anticomunismo. Como resultado, o registro do partido comunista foi cancelado, o movimento operário e outras organizações populares foram duramente reprimidos, a imprensa foi censurada e mesmo grupos militares progressistas e diplomatas supostamente vinculados à esquerda tornaram-se alvos da repressão.

Palavras-chave: Brasil, Guerra Fria, repressão política, comunismo.

ECHOES OF THE EMERGENCE OF THE COLD WAR IN BRAZIL (1947-1953)

Abstract. The purpose of this paper is to advance the study of possible relationships between the emergence of the Cold War and the political repression that took place in Brazil in the immediately after the Second World War. The article examines the hypothesis that there were both endogenous and exogenous origins of the political repression. Furthermore, it supports the idea that the Brazilian elites, faced with the deterioration of the wartime alliances, returned to their conservatism and traditional anticommunism. As result, the registration of Communist Party was cancelled, the working-class movement and other popular organizations were severely repressed, the press was censored and even

* Este trabalho constitui-se em parte da pesquisa desenvolvida em meu projeto de Pós-doutorado, no Laboratório de Estudos do Tempo Presente (IFCS-UFRJ). Devo agradecer à Universidade Estadual de Maringá, pela liberação de minhas atividades regulares para a realização desse projeto; ao Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Coordenador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente- Tempo (IFCS-UFRJ) onde desenvolvi esse trabalho; aos colegas do Tempo, pelo estímulo e apoio; à Thaís Mantovani e à Maria Suely Pereira pelo auxílio na pesquisa documental, Ao Alberto Gawryszewski pela leitura e comentários e ao José Henrique Rollo Gonçalves pelo apoio, críticas e sugestões. Esse projeto contou com o apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro- Faperj- através da concessão Bolsa de Estudos.

progressive military groups and suspected left-wing diplomats became targets of repression.

Key words: Brazil, Cold War, political repression, Communism.

INTRODUÇÃO

Nos anos que se seguiram ao fim da II Grande Guerra, estava a ocorrer um rápido processo de mudança na configuração política da maioria dos governos da América Latina. Na Argentina, Juan Domingo Perón foi eleito presidente¹. No Brasil, em 1945, após 15 anos no poder, o governo de Getúlio Vargas chegou ao fim. Seu sucessor, Eurico Gaspar Dutra, foi escolhido através do mais amplo processo eleitoral que o país havia experimentado². Na Guatemala, foi eleito Juan José Arévalo. Em cada país houve configurações distintas para o novo poder estabelecido; no entanto, pode-se dizer que, por influência do fim da guerra e dos regimes autoritários na Europa, houve uma guinada para a democracia formal. Para Leslie Bethell e Ian Roxborough, a América Latina experimentou duas fases distintas naqueles anos. Na primeira, que teve início entre 1944 e 1946, variando de país para país, observou-se um processo de democratização, uma mudança para a esquerda e o crescimento da militância operária. No entanto, também variando de caso para caso, entre 1945 e 1947 iniciou-se uma fase de reversão desse processo que, regra geral, se concluiu por volta de 1948, com exceção da Guatemala, onde os ventos democráticos do pós-guerra perduraram até 1954³.

¹ Deve-se observar a excepcionalidade da Argentina, a partir do golpe militar de 4 de junho de 1943, não houve um alinhamento automático do país com os EUA. Após a guerra, a campanha do embaixador estadunidense Spruille Braden contra a eleição de Perón foi um indicador claro da preocupação dos EUA com os destinos da Argentina. Perón enfrentou a pressão e conclamou o povo argentino a escolher “entre o porco do Braden ou o patriota Perón”. Perón venceu, o que foi observado, nos EUA, como uma derrota humilhante (Veja, LAFEBER, W. *American Age*, op. cit., p. 488). Deve-se ainda observar que já entre 1946-47 Perón esmagou quase todas as forças do movimento operário argentino que agiam com independência frente ao governo, subordinando completamente as organizações sindicais ao peronismo.

² BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, Ian. *Latin America between The Second World War and The Cold War. 1944-1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 55-56; GAWRYSZEWSKI, Alberto - *A agonia de morar: urbanização e habitação na cidade do Rio de Janeiro (DF) - 1945/50*". São Paulo: FFLCH/USP, Tese de doutoramento, 1996.

³ BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, op. cit., p.1-3. Veja também dos mesmos autores *The impact of the Cold War in Latin America* in: LEFFLER, M and PAINTER, D. *Origins of the Cold War* op. cit., p. 293-316. Como os autores indicam o artigo foi baseado nas idéias presentes no livro acima citado.

A esse respeito, penso que devam ser cuidadosamente observadas as particularidades do processo nos diferentes países do continente. Muitos deles mantiveram democracias formais, embora restritas, como o Brasil, a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Uruguai e o Chile. Outros, como o México, mantinham um sistema de partido único, contudo com significativa base social e alguns mecanismos de participação democrática.

Os EUA apressaram a formação de alianças regionais com o intuito de combater a possível expansão soviética e, mais que isso, impedir a expansão do ideário comunista, e mesmo reformista, evitando assim que tais ideais pudessem de alguma forma ameaçar a segurança do país.⁴ Ao analisar os documentos relativos ao **Tiar**, é possível observar dentre os seus objetivos o desenvolvimento de uma política de defesa para o continente, restringindo a interferência de potências não-americanas na região⁵. Assim, considerando-se o contexto inicial da Guerra Fria e o papel de liderança dos EUA, é possível compreender claramente o significado político do tratado, naquele momento histórico. Para o Senador Vanderberg, um dos expoentes do conservadorismo republicano, o Tiar preservava integralmente os preceitos da Doutrina Monroe⁶. Alguns autores, vêem na Doutrina Truman a transformação da Doutrina Monroe em uma política global⁷.

Considerando a liderança e a supremacia militar norte-americana, com a aprovação do **Tiar** e, posteriormente, com a criação da **OEA** – Organização dos Estados Americanos, formalizam-se os documentos legais que

⁴ Para os policymakers de Washington, segurança nacional era definida em termos de correlação de poder. Poder era definido em termos de controle de recursos, infra-estrutura industrial e bases externas. Assim a segurança do país residia na superioridade econômica e tecnológica sobre qualquer potencial adversário. LEFFLER, M. The preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War, Stanford: Stanford University Press, 1992, principalmente, p. 1-15. Nesse aspecto, é necessário esclarecer que a noção de Segurança Nacional cunhada nos EUA é tão ampla que ela pode ser considerada ameaçada, por eventos ou mudanças ocorridas em qualquer parte do planeta. Referindo-se às relações com a URSS, Leffler afirma que a concepção norte-americana de segurança nacional podia gerar ansiedades e provocar reações de um governo orgulhoso, suspeito, inseguro e cruel, que era, ao mesmo tempo apreensivo sobre as implicações em relação à reabilitação de inimigos tradicionais e à instalação de bases estrangeiras na periferia do seu território. LEFFLER, Melvin. National Security and US foreign policy. In: LEFFLER, M ; PAINTER, David (ed). *Origins of the Cold War: an international history*. London: Routledge, 1994, p.39

⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)- Pasta 389/ 1 /31 - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e Ata Final.

⁶ GILDERHUS, Mark. *The Second Century*. U.S.-Latin American Relations since 1889. Wilmington: SR Books, 2000, p. 120.

⁷ SMITH, Gaddis. *The Last Years of the Monroe Doctrine, 1945-1993*. New York: Hill and Wang, 1994, p. 56, citado por Gilderhus, op. cit, p. 121.

possibilitam a intervenção dos **EUA** em qualquer região do continente americano. Devido ao peso econômico, militar e político, os Estados Unidos possuíam, e ainda possuem, força suficiente para garantir a sua hegemonia e, regra geral, impor as suas decisões ao continente. Contudo, em diversos momentos teve que fazer concessões, como veremos à frente.

No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência fascista, mas pelos governos reformistas ou os movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem na redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas. Todavia, é enganoso acreditar que a guinada autoritária no continente tenha sido uma derivação exclusiva do projeto de contenção estadunidense. No Brasil, podemos observar uma pesada influência da grande potência do Norte no processo de democratização ocorrido ao final da II Guerra Mundial e um rápido retorno às raízes autoritárias assim que ficaram evidentes os sinais de que o mundo experimentava um retrocesso democrático. Dessa forma, devemos considerar que o fechamento político ocorrido no Brasil, durante o governo Dutra, possui tanto raízes exógenas quanto endógenas.

Em 1948, na conferência de Bogotá, com a criação da OEA, foram consolidadas as estratégias de defesa hemisférica. A organização serviu para aumentar o domínio dos EUA sobre os países do continente e, ao mesmo tempo, fortalecer a sua hegemonia no chamado Hemisfério Ocidental⁸. De fato, as relações entre os EUA e as outras nações do continente foram bastante intensas durante a Guerra. Os EUA aplicaram cerca de 450 milhões de dólares na região, na forma de *lend lease*. Desse montante, pouco mais de três quartos foram destinados ao Brasil, o parceiro mais próximo e que teve maior envolvimento no conflito mundial⁹. Assim, como a URSS controlava o Leste Europeu, os EUA pretendiam controlar o continente americano. No entanto, o governo dos EUA pensava o continente como uma espécie de reserva a ser mantida sob estreito controle, mas ao mesmo tempo a negligenciava. Após a Guerra, o centro das atenções da política norte-americana foi a Europa. A insistência dos governantes latino-americanos para a criação de um Plano Marshall para o continente foi ignorada. Durante a realização da Conferência de Bogotá foram anunciados investimentos de 500 milhões de dólares, principalmente para financiar as atividades de importação e

⁸ ARMS, Thomas. *Encyclopedia of The Cold War*, op. cit., p. 446-447.

⁹ DAVIS, Sonny. *A Brotherhood of Arms. Brazil-United States Military Relations, 1945-1977*. Niwot: 1996, p. 14-15.

exportação¹⁰. Isso estava muito aquém das demandas regionais¹¹. O pacto foi firmado proibindo expressamente, na cláusula número 15, a intervenção de qualquer nação nas questões internas ou externas de outra nação. Essa cláusula, que indicava o receio de ações unilaterais norte-americanas, sofreu objeção por parte dos EUA, mas acabou sendo aprovada¹². Os receios de uma possível intervenção norte-americana na região já haviam sido expressos na Conferência de Chapultepec, em 1945¹³. Na prática, foram desenvolvidos artifícios e meios para justificar ações que afrontavam o texto do tratado, como se deu nos casos do golpe militar na Guatemala, em 1954, e na invasão da Baía dos Porcos em Cuba, em 1961. Além disso, nas décadas seguintes ocorreram dezenas de operações secretas que desrespeitaram a soberania de nações latino-americanas.

O Brasil no contexto interamericano ao final da II Grande Guerra

Ao final da II Guerra Mundial, Vargas procurou adequar-se à nova conjuntura mundial, marcada pela pressão das grandes potências ocidentais para a democratização dos regimes ditatoriais então vigentes. Obviamente, isso deve ser relativizado: onde o processo de democratização colocava em risco os interesses estratégicos da nova potência hegemônica, a ordem antiga foi mantida. Durante a guerra, após a fase inicial de uma política externa que buscava um ponto de equilíbrio e explorava as rivalidades entre os EUA e a Alemanha, observando-se inclusive uma forte simpatia pelas forças do Eixo, por parte de membros do primeiro escalão do governo Vargas, incluindo o General Góes Monteiro e o ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra,¹⁴ o Brasil acabou integrando as forças aliadas e, certamente, foi o seu maior parceiro na América Latina.

Em 1941, Vargas autorizou a construção, em Natal, da estratégica base norte-americana, que deveria funcionar como um ponto de apoio para as operações no Norte da África. O país tornou-se também um importante fornecedor de matérias-primas e outros produtos vitais para a guerra. Além disso, enviou, em 1944, 25 mil homens para combater na Europa. A vitória aliada e a redemocratização do Velho Continente estimularam a oposição

¹⁰ As cifras oficiais indicam o aporte de 13,3 bilhões de dólares na Europa através do Plano Marshall. Há divergências quanto ao montante realmente empregado, sendo que alguns autores chegam a mencionar 17 bilhões de dólares.

¹¹ NOTAS e informações. OESP, 04/04/1948, p.3;

¹² LaFEBER, Walter. *The American Age*, op. Cit, 487-491.

¹³ GREEN, David. *The Containment of Latin America. A History of the Myths and realities of the Good Neighbor Policy*. Chicago: Quadrangle books, 1971, p. 187.

¹⁴ DAVIS, Sonny. *The Brotherhood of Arms*, op. Cit, p.7-9.

varguista a intensificar as suas ações exigindo o fim do regime ditatorial. Nesse contexto, o movimento pela liberalização do regime, que vinha num crescente de mobilizações desde 1943, encontrou amplo espaço para a ação política. Dessa forma, houve uma somatória de pressões externas e internas para a democratização do país.

Vargas, considerando que o mundo do pós-guerra deveria se conformar ao modelo norte-americano, iniciou um processo de abertura em que ampliava a sua base de sustentação social agregando forças políticas de diversos matizes. O ditador brasileiro esperava que o país pudesse ocupar um papel de maior destaque no cenário político internacional do pós-guerra, mas sabia que para isso deveria se adequar à nova situação internacional. Além disso, o Brasil necessitava de capitais externos para dar continuidade ao seu processo de industrialização e, novamente, seria conveniente ao governo brasileiro demonstrar que os ventos democráticos também sopravam por aqui. Assim, já em setembro de 1944, Vargas prometeu a realização de eleições após o término da guerra. No início de 1945, foi abolida a censura à imprensa e reduzida a repressão à oposição. Em abril, foi promulgada a anistia aos presos políticos, que desde então em liberdade, tiveram um importante papel no processo de redemocratização do país. Nesse mesmo mês, o Partido Comunista iniciou os trabalhos para a sua legalização, o que veio a ser confirmado com o seu registro em 10 de novembro. Em maio, definiu-se para 02 de dezembro a realização de eleições para a presidência da República e para o Congresso. Contudo, havia suspeitas de que Vargas pudesse estar tramando alguma forma de continuísmo¹⁵. Nessa conjuntura, a oposição liberal pôs de lado as bandeiras vinculadas às reformas sociais. Vargas, aproveitando-se da sua popularidade e do seu carisma, apossou-se dessas bandeiras e estimulou a mobilização popular em torno delas. Assim, o ditador procurou manter o movimento popular sob o seu controle e fortalecer a sua base de sustentação política.

Nessa conjuntura, emergiu o movimento queremista, que pregava a realização da Constituinte com Getúlio. Os queremistas afirmavam que a constituinte deveria preceder as eleições para evitar que o novo governante dispusesse dos mecanismos autoritários, desenvolvidos durante o Estado Novo. No entanto, a oposição via nessa postura uma estratégia de postergar as eleições objetivando manter a continuidade de Vargas no poder. Essa perspectiva era reforçada pela participação de membros do alto escalão do governo no movimento. Contudo, Vargas manteve uma certa distância dele. Os comunistas aderiram ao queremismo, que dia-a-dia se tornava um

¹⁵ HILTON, Stanley. *O Ditador e o embaixador. Getúlio Vargas e Adolf Berle Jr e a queda do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Record, 1987, principalmente p. 101-116.

movimento de massas¹⁶. Com o crescimento do movimento, os EUA começaram a temer a perspectiva de permanência de Vargas no poder. Receavam a esquerdização do regime, em decorrência de possíveis aproximações com os comunistas.

Inicialmente de forma velada, a pressão dos EUA para pôr fim à ditadura adquiriu contornos de uma intervenção direta nos negócios do Brasil. O embaixador norte-americano, Adolf Berle Jr., em um almoço em sua homenagem, realizado no Sindicato dos Jornalistas, em 29 de setembro de 1945, discursou defendendo a democratização do país e criticou qualquer alteração no processo eleitoral em andamento. A repercussão do fato provocou animosidades entre os dois governos e gerou protestos do Itamaraty. É bastante plausível supor que a atitude de Berle não representasse apenas a sua posição pessoal e que o Departamento de Estado possuísse conhecimento da sua estratégia. Além disso, posteriormente, Berle vangloriou-se do feito, considerando-o fundamental no processo de redemocratização do Brasil. O embaixador ainda se auto-atribuiu os louros de haver evitado uma sangrenta guerra civil no país¹⁷.

Ao final da guerra, houve a crença entre as lideranças governamentais brasileiras de que, em decorrência do papel desempenhado pelo país durante o conflito mundial, receberia um tratamento preferencial por parte dos EUA. A partir de 1943, observa-se a execução de uma política de facilitação da penetração norte-americana, culminando em um processo de americanização do país. Como é possível observar, posteriormente essa expectativa revelou-se incorreta e o país não recebeu qualquer tratamento de parceiro preferencial. Foi possível constatar que quanto mais o país cedia aos desígnios do grande aliado, aparentemente mais respeito perdia. Assim, quando os EUA perceberam uma ação de aliado quase incondicional, do Brasil, passaram a ceder muito menos às reivindicações do país¹⁸.

No Brasil observa-se, já nos primeiros meses do governo Dutra, um retrocesso democrático, com a intensificação da repressão aos movimentos sociais e às organizações políticas de esquerda. Esse processo deve ser lido à luz da evolução das lutas sociais, retomadas com amplo vigor em 1945 e

¹⁶ Ocorreram divergências no interior do PCB sobre o apoio a Vargas. Houve inclusive insinuações de que Prestes haveria negociado a sua libertação, oferecendo apoio ao Ditador. Posteriormente, em discurso após a sua libertação, Prestes afirmou que a saída de Vargas poderia levar o país à Guerra Civil e que o caos daria novas esperanças aos fascistas e reacionários. Chilcote, Ronald H. Partido comunista Brasileiro. *Conflito e integração. 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 95.

¹⁷ HILTON, Stanley. *O Ditador e o embaixador...* op cit p. 118-120.

¹⁸ McCANN, Frank D. *Brazil, the United States, and the World War II: a Commentary. Diplomatic History*, v3, n.1 (Winter 1979) p. 59-76.

continuadas nos anos seguintes, e do contexto internacional, em que havia a exacerbação dos conflitos entre as potências capitalistas ocidentais e a URSS. Assim, deve se observar que o país experimentou durante o primeiro semestre de 1946 mais de 70 greves de médio ou grande porte, envolvendo mais de 100 mil trabalhadores de algumas das principais categorias, como bancários, metalúrgicos, têxteis, eletricitários e portuários.¹⁹ Além disso, os movimentos populares, estimulados pela alta inflacionária e pela carestia, eclodiram nos principais centros urbanos do país, protestando contra a carestia, reivindicando melhores salários e a solução dos graves problemas habitacionais.

Dutra era um anticomunista histórico e um dos expoentes da linha germanófila do exército, mas rapidamente adaptou-se à situação quando o Brasil aderiu às forças aliadas²⁰. No processo de abertura, iniciado ao final do governo ditatorial de Vargas, Dutra se opôs à concessão da anistia política e à legalização do Partido Comunista²¹. No entanto, nota-se uma rápida mudança de posição em meados de 1945. Respondendo a uma carta de Átila Soares, datada de 13 de abril, em que o missivista relata os contatos que efetuara com Prestes,²² Dutra respondeu que era favorável à organização legal do PCB. Afirmou ainda que o partido deveria se organizar e possuir vida própria como qualquer outra agremiação política. Contudo, no seu governo, aos primeiros sinais de uma ação coordenada pelos EUA objetivando conter qualquer influência soviética fora de sua área de influência, Dutra retornou à sua posição original.

Assim, reprimiu duramente o PCB e os movimentos sindicais e populares. Logo no início de seu governo, em dois de março de 1946, conseguiu que a Assembléia Nacional Constituinte aprovasse a manutenção do

¹⁹ BETHELL, L. & HOXBOROUGH, I. *Latin America between The Second World War and The Cold War: 1944-1948*, p. 56-57.

²⁰ Foi inclusive condecorado pelo governo alemão em 1939, quando o exército brasileiro adquiriu significativa quantidade de armamentos daquele país. Veja DENNIS, Frank L. Dutra's Visit here a Symbol of Mutual Linking and Respect Washington Post, Washington, May, 15, 1949, p. 2B. Fundação Getúlio Vargas (FGV)-CPDOC ED. Vp. 1949.05.06. Em 1943, Dutra foi um dos acusadores (senão o principal) do General Rabelo, Presidente da Sociedade dos Amigos da América, de comunista. Em agosto do ano seguinte, na continuidade dessas provocações, houve o incidente da invasão da sede da Sociedade e na seqüência do automóvel Clube, onde havia uma reunião festiva da entidade, com a presença do ministro Osvaldo Aranha, que era o seu vice-presidente. O incidente levou Osvaldo Aranha a pedir a sua exoneração do Ministério das Relações Exteriores.

²¹ Exposição de motivos no. 693, Ao senhor Presidente da República. 22/06/1944. FGV-CPDOC ED Vp. 1944.04.28. Nessa pasta existem diversos outros documentos que indicam a posição anti-comunista de Dutra.

²² FGV-CPDOC ED vp 1944.04.28 Carta de Átila Soares a Eurico Gaspar Dutra, datada de 24/04/1945.

texto constitucional de 1937 até a promulgação da nova carta. Com os poderes ditatoriais da constituição estadonovista, em 15 de março, através do Decreto-Lei número 9.070, regulou o direito de greve de forma draconiana, o que significou a proibição quase total dos movimentos grevistas. Em maio do mesmo ano, o governo expulsou do funcionalismo público os comunistas assim identificados²³.

Em 15 de abril de 1947, a Juventude Comunista teve as suas atividades suspensas por seis meses²⁴. No dia 07 de maio, o PCB, que havia obtido expressiva votação nas eleições de 1945 e 1947, conquistando ao redor de 10% dos votos para presidente, elegendo um senador e fazendo expressivas bancadas nas assembleias legislativas, na Câmara dos Deputados, e nas câmaras municipais das principais cidades do país, foi posto na ilegalidade. O partido havia também atingido 200 mil filiados, tornando-se o maior partido comunista da América Latina²⁵. No mesmo dia, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), as Uniões Sindicais e outras organizações similares foram suspensas por seis meses²⁶. Além disso, o decreto destituiu as direções e instituiu juntas governativas indicadas pelo Ministério do Trabalho nos sindicatos que contribuíram financeiramente ou se filiaram às entidades mencionadas²⁷. O decreto foi assinado pelo presidente imediatamente após o TSE cassar o registro do PCB. Somente nesse dia, 14 sindicatos sofreram intervenção governamental, e ao final do período somavam-se 143 intervenções, representando 15,15% de todas as entidades sindicais reconhecidas pelo governo²⁸.

Inicialmente, o PCB procurou evitar o enfrentamento, na esperança de reverter, no Supremo Tribunal Federal (STF), a decisão que colocava o partido na ilegalidade. Assim, ainda no calor da hora, Prestes enviou um telegrama às direções regionais do partido aconselhando a manutenção da calma e o acatamento da decisão, afirmando que o partido recorreria da

²³ CHILCOTE, R.op.cit., p.100.

²⁴ DECRETO Nº 22.938, DE 15 DE ABRIL DE 1947. O artigo segundo do decreto previa ainda que o Ministério Público tomara as medidas para a dissolução da associação.

²⁵ CHILCOTE, R. op. cit, p. 102.

²⁶ DECRETO Nº 23.046, de 07 DE maio DE 1947

²⁷ DECRETO Nº 23.046, de 07 DE maio DE 1947; GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Panela Vazia: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios – 1945/50*. Relatório de pesquisa apresentado ao Departamento de História da Universidade de Londrina p. 32; (foram consultados os originais cedidos pelo autor); BANDEIRA, Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)* Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978, p. 311-312. CHILCOTE, R. op. cit, p. 101.

²⁸ O FUNCIONAMENTO da Confederação dos Trabalhadores do Brasil.OESP, 08/05/1947, p.5; CHILCOTE, R. op. Cit, p.100-101.

decisão ao STF²⁹. No entanto, com o agravamento da repressão, o partido radicalizou a sua postura, publicando um manifesto em que exigia a renúncia do presidente Dutra. O *Correio da Manhã*, que havia se postado como um dos poucos órgãos da chamada grande imprensa a defender a legalidade do PCB, criticou duramente tal atitude³⁰.

Em julho de 1947, pouco após tornar o PCB ilegal, o governo enviou à Câmara Federal um projeto de lei que restringia as liberdades públicas, censurava a imprensa e atacava a estabilidade do funcionalismo e dos trabalhadores do setor privado. O autoritarismo do projeto original era tão acentuado que foi noticiado pelo conservador “O Estado de S. Paulo” como “Golpe na constituição”. O jornal ainda atacou o projeto de lei caracterizando-o como fascista³¹. Os Jornais sob influência ou ligados ao PCB foram duramente reprimidos, havendo o fechamento de alguns deles, como por exemplo o *Voz do Povo* (Maceió), *Jornal do Povo* (João Pessoa), já em maio de 1947³². Mesmo atividades multipartidárias, como as ocorridas em 22 de agosto de 1947, em comemoração à entrada do Brasil na guerra, foram dissolvidas pela polícia. Nesse caso, as tropas chegaram a disparar contra a multidão³³. Em setembro, foram reprimidas as manifestações em que comunistas discursavam³⁴. Ao retratar esse período, alguns autores referem-se a uma cruzada anticomunista no país³⁵.

No dia 21 de outubro de 1947, a sede da “Tribuna Popular” foi depredada. Em discurso na Assembléia Legislativa de São Paulo, o Deputado Caio Prado Jr. protestou contra a atitude da polícia, que, avisada do ocorrido, apesar de ter a sua sede central a poucos metros do local, nada fez para evitar o empastelamento do jornal e a danificação das instalações³⁶. Ainda, segundo o deputado, populares que tentaram conter os desordeiros foram espancados

²⁹ O MOMENTO POLÍTICO. Um telegrama do senador Luis Carlos Prestes aos organismos do P.C.B. OESP, 08/05/1947, p.5.

³⁰ ESTÁ errado. *Correio da Manhã*, 22/05/1947, p4. Veja também artigo publicado por Carlos Dávila. Insensatez. *Correio da Manhã*, 27/05/1947.

³¹ GOLPE na Constituição. OESP, 23/07/1947, p. 5. Veja também A NOVA lei de segurança. OESP, 24/07/1947, P. 05.

³² SUSPENSÃO de Jornais. *O Estado de S.Paulo*, 15/05/1947, p. 3..

³³ DISSOLVIDO violentamente um comício no Rio. OESP. 23/08/1947, p.2.

³⁴ NOTAS e informações, OESP, 23/09/1947, p.3.

³⁵ DAVIS, Sonny. *A Brotherhood of Arms: Brazil-United States Military Relations, 1947-1977*. Niwox: University Press of Colorado, 1996, p. 55.

³⁶ Os jornais noticiaram diversos casos em que a polícia nada fez para impedir o empastelamento e a destruição de instalações de jornais ou mesmo facilitou a ação desses grupos que aparentemente tinham as suas raízes no próprio aparelho repressor. Veja, por exemplo, A covardia não constrói. OESP, 26/10/1947, p. 3.

por investigadores da polícia³⁷. Em decorrência do ocorrido, os comunistas organizaram uma milícia de proteção à sede da Tribuna. No início de dezembro, a polícia invadiu a sede e prendeu mais de uma dezena de ativistas, acusados de portarem armas e de organizarem uma “guarda de choque”³⁸. Na sequência, o Jornal foi proibido de circular. Os editores colocaram em circulação outro jornal, o “Imprensa Popular”, que também teve as suas edições de 30 e 31 de dezembro de 1947 e de 1º de janeiro de 1948 apreendidas. No dia 08 do mesmo mês, imediatamente após serem cassados os mandatos dos parlamentares comunistas, o Ministro da Justiça assinou uma portaria suspendendo o jornal. Quando a polícia foi cumprir a ordem, ocorreu um confronto com os trabalhadores da oficina do jornal. Houve diversos feridos e foram presas 25 pessoas. O fato repercutiu na Câmara Federal, onde uma moção repudiando a repressão policial foi assinada por Afonso Arinos, Hermes Lima, Jaci Figueiredo, Monteiro de Castro, Café Filho, Gurgel do Amaral, Nelson Carneiro e outros parlamentares³⁹.

No dia 31 de janeiro, a edição do “Hoje” (São Paulo) foi apreendida, dessa vez sob a acusação de “haver adotado uma linguagem ofensiva às autoridades constituídas e incitar a sublevação da ordem social”. Para o “O Estado de S. Paulo”, a ação do Departamento de Ordem Política e Social mais uma vez atentou contra a liberdade de imprensa. A edição do “Hoje” foi apreendida por haver noticiado a ação perpetrada pela polícia contra essa gráfica para confiscar o folheto denominado “Zé Brasil”, de autoria de Monteiro Lobato, sob o título de “Assalto policial aos escritórios da Atualidades Ltda.”⁴⁰

No dia 03 de fevereiro, pela madrugada, novamente a sede do “Hoje” foi invadida. O delegado de polícia afirmou que houve resistência. Cerca de trinta pessoas foram detidas⁴¹. No dia 15, o Ministro da Justiça suspendeu o jornal “Tribuna Popular”, por um prazo de seis meses⁴². Em 27 do mesmo mês, o jornal Hoje foi novamente suspenso, dessa vez por seis meses. A penalidade foi aplicada com base no artigo 4º. do Decreto-lei 431, de 1938, referente aos crimes contra a segurança nacional⁴³. No dia 06 de março, o

³⁷ EMPASTELAMENTO da Tribuna Popular. OESP, 23/10/1947.

³⁸ DILIGÊNCIAS nas oficinas da “Tribuna Popular”. OESP, 02/12/1947, p. 20.

³⁹ SUSPENSO a Imprensa Popular. OESP, 09/01/1948, p. 3.

⁴⁰ ATENTADO à liberdade de imprensa. OESP, 01/02/1948.

⁴¹ ATACADA pela polícia a folha comunista “Hoje”. OESP, 04/02/1948.

⁴² SUSPENSA a “Tribuna Popular”. OESP, 17/02/1948, p. 3.

⁴³ OESP. 28/02/1948, p.3. O jornal mencionou também a prisão de membros do jornal e o voto do desembargador Azevedo Marques em um pedido de habeas corpus impetrado em favor dos presos, afirmando que a referida lei colidia frontalmente com a constituição em vigor.

“Tribuna Popular” foi novamente suspenso por quinze dias, acusado de “fazer propaganda de guerra”⁴⁴. Em 03 de março, o jornal “Notícias de Hoje” (sucessor do Hoje), foi suspenso por quinze dias. As edições do jornal vinham sendo há dias apreendidas por policiais, que mantinham um intenso cerco às oficinas do órgão de imprensa⁴⁵. No dia 04, a edição do “O Popular”, lançado em substituição ao “Notícias de Hoje”, foi apreendida. Além disso, o Jornal “O Trabalho”, que circulava na cidade de Sorocaba e era impresso na mesma gráfica, também foi proibido de circular⁴⁶. Novamente, o “O Estado de S. Paulo” efetuou críticas contundentes ao Ministério da Justiça e à polícia pelo desrespeito à lei e pelas atrocidades cometidas. Verifica-se pelos dados acima apresentados a violação da liberdade de informação e o emprego abusivo da força para garantir a aplicação de medidas arbitrárias de legalidade, no mínimo, duvidosa. Osório Borba, em artigo publicado no “O Estado de S. Paulo”, afirmou

(...) O que a polícia fez foi atacar a tiros as oficinas, arrombar as portas do prédio e, depois de dominar a desesperada resistência dos atacados e de prendê-los, espancá-los brutalmente, arrastá-los pela rua, não como seres humanos, mas como um bando de animais batidos às mãos de donos perversos (...)⁴⁷.

A imprensa noticiou dezenas de casos de arbitrariedades, maus-tratos e torturas a militantes detidos. O “O Estado de S. Paulo”, por exemplo, noticiou, em 24 de fevereiro de 1948, a prisão do ex-deputado comunista Gervásio Gomes de Azevedo. O ex-deputado, segundo o jornal, foi brutalmente espancado, deixado sem alimentação e submetido inclusive a torturas morais. O laudo dos legistas indica que o prisioneiro possuía diversas marcas de espancamento pelo corpo⁴⁸. No mesmo dia, o jornal noticiou também a prisão arbitrária de Holda Malanconi, membro da Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro. A notícia destacou ainda que a militante da organização partidária legalmente registrada vinha sendo seguida há dias pela polícia⁴⁹.

A repressão durante o governo Dutra atingiu os mais diversos setores

⁴⁴ A SUSPENSÃO do jornal “Hoje”. *OESP*, 07/02/1948, p. 3.

⁴⁵ SUSPENSO o Jornal Notícias de Hoje. *O Estado de S. Paulo*, 04/03/1948, p.3.

⁴⁶ NOVO jornal impedido de circular. *OESP*, 05/03/1948, p. 3.

⁴⁷ BORBA, Osório. O Crime na calada da noite. *OESP*, 05/02/1948, p. 3.

⁴⁸ AS SEVÍCIAS sofridas por um ex-deputado comunista. *O Estado de S. Paulo*. 24/02/1948, p.3.

⁴⁹ PEDIDO de “Habeas Corpus” em favor de um membro do Partido Socialista. *O Estado de S. Paulo*. 24/02/1948, p.3.

sociais. Para Gawryszewski, Dutra haveria dado continuidade a uma estratégia de ação desenvolvida durante o Estado Novo, objetivando o controle de manifestações culturais, como, por exemplo, o carnaval. Em 1949, foi criada a União Geral das Escolas de Samba do Brasil, comandada por um major do Exército. Ainda segundo esse autor, foi exercida a censura prévia às músicas transmitidas pelo sistema de radiodifusão, através do Serviço de Censura de Diversões Públicas⁵⁰.

Apesar de toda a repressão, os comunistas não se deram por vencidos. Militantes do partido, com a adesão de outras forças políticas, criaram, em 1949, o Partido Popular Progressista (PPP)⁵¹. Contudo o pedido de registro do novo partido foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral, baseado na interpretação de que o partido se constituía de fato em uma organização comunista⁵². Nessa época, nas hostes governistas chegou-se a vislumbrar um projeto para cancelar os títulos eleitorais dos cidadãos filiados ao extinto PCB⁵³.

O processo repressivo ocorrido no Brasil não foi um caso isolado. Na América latina, da mesma forma que, entre aproximadamente 1944 e 1946, os EUA apoiaram e estimularam a democratização, após esse período deram suporte para a conquista do poder para diversos grupos antidemocráticos. Os EUA almejavam a eliminação da influência e onde possível colocar na ilegalidade os partidos comunistas, o controle do Estado sobre o movimento operário e a exclusão da União Soviética de qualquer influência no hemisfério⁵⁴. O Partido Comunista foi colocado na ilegalidade no Brasil, em 07 de maio de 1947, no Chile, em abril e na Costa Rica, em julho de 1948. Os mandatos de parlamentares comunistas foram cassados no Chile, em 1947, e no Brasil em janeiro de 1948. Nesse ano, totalizaram oito os países que haviam posto os comunistas na ilegalidade. Por volta de 1956, em 14 dos vinte países da região, os comunistas haviam sido excluídos do processo eleitoral, afastados do serviço público e a sua imprensa e propaganda ou haviam sido restringidas

⁵⁰ GAWRYSZEWSKI, A. *Panela vazia* op. Cit, p. 33.

⁵¹ Em 1947, já havia sido negada a autorização do registro do Partido Constitucionalista Brasileiro, também um sucessor do PCB. CHILCOTE, op. Cit, p.100, n.26.

⁵² The Foreign Service of United States of America. American Embassy. Rio de Janeiro, July 6, 1949 to Department of State. 832.00/7-649 – NARA. 1492, roll 13, fot. 0187.

⁵³ AINDA sobre a notícia da cassação dos títulos de eleitores comunistas. *Correio paulistano*, 09/11/1948, CASSAÇÃO dos títulos dos eleitores comunistas. Seria levantado o cadastro eleitoral e far-se-ia o confronto com o fichário do extinto P.C.B., em poder da polícia. *Correio Paulistano*, 01/11/1948. FGV-CPDOC Arquivo Getúlio Vargas (A..G.V.) . rolo 10, fotograma 187. quadrantes 3 e 4.

⁵⁴ SMITH, Peter H. *Talons of Eagle. Dynamics of U.S. Latin American Relations*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 131.

ou postas na ilegalidade⁵⁵. Além disso, os EUA procuraram influenciar o movimento operário latino-americano através de membros do corpo diplomático e principalmente através da American Federation of Labor⁵⁶.

O Brasil e o Chile romperam relações diplomáticas com a União Soviética em 1947, a Colômbia fez o mesmo em 1948, Venezuela e Cuba em 1952 e Guatemala, em 1954, após o golpe militar organizado pelos EUA⁵⁷. A ruptura das relações, por parte do Brasil, com a URSS, foi justificada como decorrente de acusações efetuadas pela imprensa soviética ao presidente Dutra. Contudo, a análise dos documentos indica um processo mais conturbado.⁵⁸ Desde a abertura de relações diplomáticas entre os dois países, houve tensões no relacionamento. Os diplomatas brasileiros reclamavam da precariedade das instalações, da ausência de uma reciprocidade em relação ao tratamento que os soviéticos recebiam no Rio de Janeiro e da constante vigilância a que a embaixada estava submetida. Além disso, ocorreu um incidente quando o segundo secretário da embaixada, Soares de Pinna, foi detido no hotel onde funcionava provisoriamente a representação brasileira, acusado de embriaguez e arruaça, na noite de 26 de dezembro de 1946. A embaixada brasileira protestou, pois o diplomata chegou a ser amarrado pelas autoridades soviéticas. Não bastasse isso, os soviéticos exigiram que o Brasil pagasse os danos materiais supostamente provocados por Pina. Por seu lado, a embaixada brasileira afirmava que a confusão haveria sido planejada por agentes da polícia soviética, que o hotel funcionava como uma espécie de repartição da KGB e que foi utilizada violência contra o secretário. Os soviéticos exigiram a imediata saída de Soares de Pinna do país⁵⁹.

Esses fatos aumentaram a animosidade já existente entre os países, uma vez que a imprensa deu farta cobertura ao caso. Posteriormente, o

⁵⁵ SMITH, P. op. cit., p. 132.

⁵⁶ Essa assertiva é corroborada por um documento encaminhado pela embaixada brasileira, em Moscou, endereçado ao Ministro Interino das Relações Exteriores AHI, 35/4/14. Embaixada do Brasil. Moscou, 02/09/1946.

⁵⁷ SMITH, Peter H. op. cit, p. 131-139.

⁵⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Departamento Político e Cultural. Divisão política. *Documentos – Ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1947. Veja também outros documentos diplomáticos contidos nas correspondências enviadas pela embaixada brasileira em Moscou para o Itamaraty. AHI, Pastas 34/4/14 a 34/4/17.

⁵⁹ AHI-. 35-4-16. EMBAIXADA DO BRASIL. Moscou. DP/DP./3. Arquivo correspondência especial. Telegrama-embaixada. 04 a 06/01/1947. Confidencial. Secretário Soares de Pinna (sete telegramas); Dco/Dpo/12. Arquivo da correspondência especial. Telegrama-Embaixada. 24/01/1947. Confidencial. Violação de correspondência. Somente nessa pasta, há dezenas de documentos sobre o caso Soares Pinna e quatro sobre violação de correspondências.

fechamento do PCB e a repressão aos comunistas no Brasil contribuíram para piorar as relações. Contudo, deve-se observar que o pragmatismo adotado pela União Soviética nas relações com outros países, incluindo os EUA e a Grã Bretanha, não corrobora a tese de vincular a repressão ao comunismo no Brasil e as relações entre os dois países. Outro fator a ser considerado foi a posição soviética contrária à incorporação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Creditar a ruptura de relações aos ataques da imprensa soviética ao presidente do Brasil é ater-se à aparência do fenômeno. Deve-se considerar que, se é verdade, e é, que a imprensa soviética se referiu ao presidente do Brasil de forma grosseira, também é fato que muitas autoridades brasileiras se referiam ao governo soviético em termos similares. Isto posto, pode-se concluir que a ruptura de relações com a União Soviética, por parte do governo brasileiro, está vinculada aos embates ocorridos no contexto da Guerra Fria⁶⁰.

Pelo exposto, é possível verificar a relação entre a repressão política ocorrida no Brasil, durante o período estudado, e as estratégias vinculadas à Guerra Fria desenvolvidas pelos EUA e seus aliados. Contudo, deve-se observar que o alinhamento brasileiro e de outros países latino-americanos nem sempre se dava de maneira incondicional, pois, se de um lado, os EUA impunham a sua política externa ao Hemisfério Ocidental, as nações subalternas, muitas vezes, procuravam explorar a rivalidade entre Washington e Moscou, objetivando atender a certos interesses regionais ou nacionais.

Um exemplo ilustrativo do exposto foi o posicionamento dos países latino-americanos na IV Conferência dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, ocorrida em Washington, em março de 1951. O objetivo do encontro, solicitado pelo governo dos EUA, era definir apoios concretos para a ação norte-americana na Guerra da Coreia. Na reunião, foram aprovados documentos que confirmavam o alinhamento dessas nações aos EUA, contudo ficou evidente o caráter meramente formal dessas medidas. Os EUA viram frustrados os seus propósitos, uma vez que esperavam um apoio mais concreto, como, por exemplo, o envio de tropas para a região do conflito⁶¹. Em discurso, representando os seus colegas latino-americanos, o ministro brasileiro, Neves da Fontoura, afirmou o desejo de cooperação com os EUA na elaboração de um plano de emergência para a defesa do hemisfério, mas ao mesmo tempo realçou a expectativa de um plano de apoio

⁶⁰ No momento, estou levantando todos os documentos sobre o assunto, à época classificados como secretos, para através de uma análise mais meticulosa verificar até onde a decisão de romper relações foi endógena ou se houve influência da diplomacia norte-americana no caso.

⁶¹ Apesar da continuidade de intensas negociações, nos meses seguintes, somente a Colômbia respondeu positivamente.

ao desenvolvimento econômico da região, após a guerra. Destacou que após o fim da II Guerra Mundial, as economias latino-americanas, que haviam sido redirecionadas para alimentar os esforços de guerra, se viram em profunda crise, sem que recebessem a atenção devida, uma vez que os EUA concentravam os seus esforços na reconstrução da Europa⁶². No entanto, Neves da Fontoura, nos meses que se seguiram, foi um árduo defensor do envio de tropas à Coreia. Ele e o general Góes Monteiro buscaram chegar a uma negociação com os EUA. Contudo, não se chegou a um ponto que atendesse às posições hegemônicas no governo e o acordo nunca foi firmado⁶³. As divergências internas e a relutância dos EUA em aceitar os termos brasileiros criaram dificuldades nessas negociações e levaram o Brasil a não enviar as tropas. Porém, isso não impediu que em 1952 fosse firmado o acordo de cooperação militar entre os dois países, sancionado pelo Congresso em março do ano seguinte⁶⁴.

A posição de não enviar tropas para a Coreia não era unanimidade nem no governo nem nas forças armadas. As divergências em relação a esse assunto ecoavam no Clube Militar. A direção do clube, empossada em junho de 1950, tendo Estillac Leal como presidente, possuía uma orientação nacionalista. Posteriormente, Estillac afastou-se da diretoria para assumir o Ministério da Guerra. A publicação na Revista do Clube Militar de artigos contra a participação do Brasil nessa guerra e em defesa do monopólio do petróleo acirrou os debates sobre o tema na corporação. Além disso, os nacionalistas começavam a perder força tanto no exército quanto no primeiro escalão do governo.

A negociação do Acordo Militar Brasil-EUA pelo Ministro das Relações Exteriores, sem que o Ministro da Guerra fosse ouvido, não deixou muita escolha a Estillac Leal. Em paralelo, ele foi pressionado com a renúncia do General Euclides Zenóbio da Costa, comandante da Primeira Região Militar (Rio de Janeiro), alegando que não continuaria no posto, tolerando a infiltração comunista de que o exército era alvo⁶⁵. A grande imprensa noticiou

⁶² AHI- Pasta 75/5/16. Ministro João Neves da Fontoura. Abertura da IV Conferência de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos. Veja também na mesma pasta, a declaração do representante do Brasil na Comissão econômica da IV Conferência de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, Dr. Clementino de Santiago Dantas, em 03/04/1951

⁶³ É possível encontrar no acervo do Presidente Vargas, no CPDOC, um rascunho de uma carta, comprometendo a enviar tropas para a Coreia. Contudo, há uma anotação feita a punho (aparentemente do próprio Getúlio), onde é possível ler: “a nota é inútil proposta. Embaixador não deixe nenhum documento escrito”. FGV-CPDOC A.G.V. rolo 12 fot. 752-53.

⁶⁴ Para uma análise detalhada do tema veja Davis, Sonny, op. cit, principalmente o capítulo 7 – the Military Accord and the Post-Korea Relations.

⁶⁵ BREWER, Sam Pope. Brazil's Military In Split Over Reds Noted Anti-Communist General

esses episódios de forma sensacionalista, contribuindo para o desgaste do ministro. Essas pressões criaram uma situação de gravidade que levou Estillac Leal a renunciar⁶⁶. O embate continuou no processo eleitoral para a sucessão na direção do Clube Militar, quando setores conservadores acusavam militares nacionalistas de serem comunistas ou acobertarem a ação dos comunistas⁶⁷. Com a saída do ministério, Estillac candidatou-se à reeleição; no entanto foi derrotado pela chapa de oposição, liderada por Alcides Etchegoyen, contando com o apoio de Góes Monteiro e Eduardo Gomes.⁶⁸

Para Nelson Werneck Sodré, os simpatizantes da chapa de Estillac Leal foram perseguidos com transferências, prisões e torturas. O autor relaciona dezenas de casos, muitos incluindo militares que estavam em campanha ou trabalhando no serviço de coleta dos votos⁶⁹. As tensões no interior das Forças Armadas tiveram continuidade durante os anos de 1953 e 1954, culminando no “Manifesto dos Coronéis” em fevereiro de 1954⁷⁰.

As pressões anticomunistas não deixaram incólume o Ministério das Relações Exteriores. Em março de 1953, Getúlio Vargas colocou em disponibilidade não remunerada diplomatas acusados de ligações ou simpatias para com o Partido Comunista. Os atingidos foram Cotrim Rodrigues Pereira, ex-cônsul em New Orleans e removido de lá a pedido do governo de Washington (à época era cônsul em Hamburgo), Mauri Banhos Porto de Oliveira, *chargé d'affaires* em El Salvador; Antonio Houaiss, ex- *chargé d'affaires* em Atenas; Jatyr de Almeida Rodrigues, cônsul em Liverpool e João Cabral de Melo Neto, cônsul em Londres. Além deles, foi afastada a criptógrafa do

Resigns as Party's Influence Becomes Explosive Issue. By. The New York Times. 20/03/1952 . AHI- PASTA 50-1-2 - 312/500.1. Veja também, Brazil. Time Magazine.21/07/52.AHI - PASTA 50-1-8 - 793/500.1.

⁶⁶ Red Infiltration Disturbing Brazil. The New York Times. 25/02/1952. AHI 49-5-14 . 238/500.1

⁶⁷ Juarez Távora, Zenóbio da Costa e Cordeiro de Farias alertaram para a indisciplina e para a divisão no interior das Forças Armadas. Denunciaram a presença de civis comunistas nas reuniões do Clube Militar e chegaram a pensar na possibilidade de intervenção na entidade, caso a chapa de oposição fosse derrotada. Veja D'ARAUJO, Maria Celina. O Segundo governo Vargas.1951-1954: democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro:Zahar, 1982, p. 156.

⁶⁸ Sodré, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 (Coleção Retratos do Brasil, v.40, p. 304-355.

⁶⁹ SODRÉ, Nelson Werneck op. cit, principalmente p. 326-345. Sodré era então membro da diretoria do Clube Militar.

⁷⁰ Manifesto da jovem oficialidade do Exército denunciando a crise de autoridade, infiltração comunista, o desaparelhamento e as condições salariais. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 6a. ed.

Ministério das Relações Exteriores Dahlia de Almeida Rodrigues.⁷¹ A acusação foi efetuada com base em uma carta que Paulo Cotrim Rodrigues havia escrito a João Cabral de Melo Neto solicitando informações sobre a economia brasileira para escrever um artigo a ser publicado na Europa. A carta foi interceptada, violada e entregue ao jornalista Carlos Lacerda. Nesse caso, o processo administrativo foi baseado em uma prova ilícita, obtida através da violação de correspondência, afrontando a Constituição Federal e outras medidas que caracterizavam explicitamente o abuso de poder.

As punições foram revogadas pelo Supremo Tribunal Federal, que decidiu por unanimidade anular o processo administrativo, uma vez que os réus nem mesmo sabiam que corria um processo contra eles e tiveram dessa forma impedidos os direitos de defesa. Os acusados foram reintegrados aos seus postos. Evandro Lins e Silva, um dos defensores das vítimas desse arbítrio, em artigo recente, afirmou que,

Do ponto de vista formal, o processo administrativo era pontilhado de ilegalidades, era um caso singular de abusos, não houve defesa alguma e se adotara um regulamento obsoleto e revogado para fulminar os acusados com a aplicação de uma pena cujo simples enunciado espanta pelo absurdo de seu próprio conteúdo: disponibilidade inativa sem remuneração⁷².

Em paralelo ao processo administrativo correu um inquérito policial, que foi arquivado por ausência de provas que mostrassem as ligações dos acusados com o Partido Comunista⁷³. Ainda para Lins e Silva, os diplomatas foram vítimas de uma perseguição de caráter meramente político no auge da Guerra Fria⁷⁴.

Sumariamente, é possível afirmar que durante o Governo Dutra o país experimentou um grande retrocesso no processo de democratização iniciado no final da ditadura Vargas. É possível ainda detectar a gênese de uma cruzada anticomunista que possuía tanto raízes endógenas quanto exógenas. Conclui-se ainda que o alinhamento incondicional do país aos Estados Unidos reduziu a sua capacidade de negociação, o que significou o fim da expectativa de receber um tratamento preferencial e a conquista do *status* de potência regional.

⁷¹ AHI- 50-2-3. 308/500.1 BREWER, Sam Pope. Brazil Dismisses Diplomats as Reds. Five Relieved after six-month investigation. –woman code expert is transferred. *The New York Times*. 21/03/1953.

⁷² LINS E SILVA, Evandro. Documento Antonio Houaiss. Punições por convicção política. *Comunicação & política*, v.8, n.1, p. 197-206, p. 198-199.

⁷³ LINS E SILVA, Evandro. Op. Cit, p. 202.

⁷⁴ LINS E SILVA, Evandro. Op. Cit, p. 204.

Durante o segundo governo Vargas, houve tentativas de equacionar essas tensões, buscando uma linha de ação intermediária, em que se mantinha a aliança com os EUA em bases renegociadas, exigindo o apoio estadunidense para o desenvolvimento econômico do país.